

POR ANDRE SOUZA



DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta é do Deputado Federal por SP, Capitão Augusto(PL)

Projeto de Lei exige transparência nas posições dos partidos

O deputado federal de SP, Capitão Augusto (PL) apresentou o Projeto de Lei 3.321/2026, que cria a Declaração Pública de Posicionamento Partidário (DPPP), o Termo de Adesão Programática (TAP) e o Portal Nacional de Transparência Partidária, a ser administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A proposta obriga os partidos a informar, de forma padronizada, sua posição sobre temas considerados estruturantes, como porte de armas, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, privatizações, voto impresso, regulação das redes sociais e política externa. Além disso, candidatos deverão assinar um termo declarando conhecer e se identificar com essas diretrizes. Segundo o autor, a medida facilita a comparação entre legendas, sem interferir na autonomia partidária, ao exigir apenas a divulgação pública das posições dos partidos. O texto tramita na Câmara.

Crime de "traição à pátria" no Código Penal

O deputado federal por São Paulo, Alencar Santana (PT), é coautor do Projeto de Lei 3.362/2026, apresentado nesta terça-feira (30), que cria no Código Penal o crime de "traição à pátria". A proposta, liderada por Rogério Correia (PT-MG) e também assinada por Lindbergh Farias (PT-RJ), prevê pena de 8 a 20 anos de reclusão para atos que comprometam a soberania nacional, com agravantes para agentes públicos e situações de crise institucional. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputado Alencar Santana (PT-SP) é autor da proposta

Alesp debate concessão de parques

Audiência pública realizada na Alesp na sexta-feira (26), por iniciativa do deputado estadual Maurici(PT) debateu os impactos das concessões de parques urbanos à iniciativa privada. Juristas, pesquisadores e lideranças comunitárias criticaram a legalidade das concessões, apontaram riscos ambientais, dificuldades para pesquisas científicas, aumento de tarifas e elitização do acesso aos espaços públicos. Também defenderam maior participação da sociedade nas decisões sobre os parques.

Capacitação contra ataques em escolas

O deputado estadual Rafa Zimbaldi (União) protocolou na Alesp o PL 1005/2026, que autoriza a criação de um programa permanente de capacitação para professores, diretores, funcionários de escolas e agentes de segurança em situações de emergência. O treinamento prevê protocolos para ataques, invasões, incêndios, assaltos e outros riscos, seguindo diretrizes do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave).

Privatização Metrô I

O Governador Tarcísio de Freitas(Republicanos) disse nesta terça(30), durante a inauguração da oitava estação da Linha 17-Ouro do Monotrilho, que mudou de posição e não pretende privatizar novas linhas do metrô. Ele afirma que a decisão leva em conta evitar concentração de operadores privados e preservar a qualidade do serviço ao passageiro.

Privatização Metrô II

"Você não pode correr o risco de ter muitas linhas operadas por poucos operadores privados", afirmou Tarcísio. O governador informou que a linha 17-Ouro deve continuar com o Metrô pelo menos até o início da operação comercial, prevista para outubro deste ano. A declaração ocorre em meio ao debate sobre concessões no transporte sobre trilhos.

CPI dos Lixões I

A CPI dos Lixões da Alesp aprovou na terça-feira (30), convite para representantes da Sistema Nova Ambiental prestarem esclarecimentos. O requerimento foi apresentado pelo deputado T. Ferreira (PT), com a justificativa de apurar riscos ambientais e sanitários apontados em autos de infração e investigações.

CPI dos Lixões II

O Requerimento também pede informações sobre as operações da empresa nos últimos cinco anos, além de licenças ambientais e relatórios do Sigor-MTR. A reunião foi presidida pelo deputado Carlão Pignatari (PSD)[Presidente], com a participação dos deputados Enio Tatto (PT), Delegado Olim (PP), Fábio Faria de Sá (Podemos) e Thiago Auricchio (PL)[Relator].

Críticas de Haddad

O pré-candidato Governo, Fernando Haddad(PT), voltou a criticar a gestão de Tarcísio de Freitas(Republicanos). Ele disse que "Tarcísio tem fama de gestor por falta de escrutínio. Em todas as áreas no governo dele há problemas". Haddad tem criticado com frequência a privatização da Sabesp, aumento na tarifa de água e os pedágios.

Tebet e Marina

Nos bastidores, o PT passou a defender que a sigla fique com a primeira suplência da candidatura de Simone Tebet (PSB) ao Senado por São Paulo. A estratégia busca garantir a vaga caso Tebet seja eleita e volte a integrar um eventual governo Lula como ministra. Os suplentes de Tebet(PSB) e Marina Silva(Rede) ainda não foram definidos.



Deputados criticam Governo pela não execução de Emendas a Municípios

Sem acordo, Comissão da Alesp adia votação da LDO

Oposição critica Governo pelo não cumprimento de Emendas

Da Redação

Pela terceira semana seguida, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) não chegou a um acordo sobre o relatório final do Projeto de Lei 407/2026, que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 do Estado. A discussão do tema só será retomada na Comissão na próxima terça-feira, 7 de julho.

Com isso, o recesso parlamentar de julho da Alesp fica suspenso até que o projeto seja votado em Plenário.

A suspensão dos trabalhos foi aprovada após os deputados Enio Tatto e Luiz Cláudio Marcolino, ambos do PT, apresentarem relatório paralelo, com 485 páginas, em oposição ao documento principal, do relator da Comissão, Fábio Faria de Sá (Podemos). Nos bastidores, entretanto, a obstrução do projeto se deve à não execução de Emendas Parlamentares de anos anteriores por parte do Governo do Estado.

O deputado Paulo Fiorilo(PT), comentou que "há um desprestígio muito grande [do Governo] com essa Casa[Alesp]. "Tivemos um semestre pouco produtivo na aprovação de projetos. Nenhum projeto foi aprovado. Comissões esvaziadas".

A reunião foi conduzida

pelo presidente da comissão, deputado Gilmaci Santos (Republicanos), e contou com a participação do relator, Fábio Faria de Sá(Podemos), além dos deputados Alex Madureira (PL), Enio Tatto(PT), Luiz Cláudio Marcolino(PT), Paulo Fiorilo(PT), Thainara Faria(PT), Ana Carolina Serra (PSDB).

PROBLEMAS COM AS EMENDAS

Nas reuniões anteriores, deputados da base e da oposição relataram dificuldades no diálogo com o chefe da Casa Civil e na liberação das emendas parlamentares aos Municípios. Enio Tatto(PT) citou uma emenda de 2024 para a construção de uma escola em São Lourenço da Serra e outras destinadas à Santa Casa de Santa Bárbara d'Oeste e para Delegacias de Defesa da Mulher. Luiz Cláudio Marcolino(PT) citou emendas para a climatização de escolas em Piracicaba e em Bebedouro. O deputado da base governista, Marcelo Aguiar(PL) também criticou a demora na liberação dos recursos.

SOBRE A LDO 2027

A LDO define as diretrizes para a elaboração do Orçamento estadual do ano seguinte. O projeto encaminhado pelo Governo de São Paulo prevê receitas e despesas de R\$ 368,4 bilhões para 2027.